

**SÍNTESE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NO ÂMBITO DA  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO SENADO FEDERAL A  
RESPEITO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

**1ª Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal  
sobre o Plano Nacional de Educação – 2011-2020**

**Tema:** O aspecto conceitual do Plano Nacional de Educação, o balanço do plano anterior (2001-2010) e as perspectivas para o próximo PNE (2011-2020).

**Data:** 4 de maio de 2011

**Participantes:**

1. Senadora Marinor Brito – Senadora da República e Educadora;
2. Sra. Marta Vanelli – Secretária Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE;
3. Sr. Célio da Cunha – Professor da Universidade de Brasília – UnB – e Consultor da UNESCO;
4. Sr. Carlos Augusto Abicalil – Secretário de Educação Especial do Ministério da Educação – SEESP/MEC; e
5. Senador Cristovam Buarque – Senador da República e Educador.

**1. Senadora Marinor Brito:**

A Senadora Marinor Brito informou que, passados dez anos da edição da lei que instituiu o Plano Nacional de Educação para o decênio 2001/2010, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 2009, os únicos disponíveis, não apresentam um balanço positivo. Segundo a senadora, apenas um terço das metas foi alcançado, e o Plano não serviu de referência para as ações governamentais, não obstante essas ações terem contribuído para melhorar os indicadores educacionais. O acesso à educação e a permanência na escola continuam marcados pela desigualdade de renda, de raça e de região. Entre os negros e os mais pobres a situação se agrava em todos os aspectos, ainda mais acentuadamente nas Regiões Norte e Nordeste, com destaque negativo para a área rural.

Conforme a educadora, o ensino fundamental apresentou os maiores avanços, tendo havido aumento do percentual de crianças entre 6 a 14 anos na escola. A ampliação do atendimento em creche, no entanto, foi muito pequena. De acordo com os indicadores, houve aumento no número de anos de estudo concluídos, mas o analfabetismo não foi erradicado, o

que ocorrerá somente em vinte anos, a se manter o ritmo atual. A qualidade do ensino também está muito distante do desejável, e a média esperada de conclusão ainda é muito baixa.

A senadora salientou que os professores ganham em média 65% do valor recebido por outros profissionais com igual formação. Em que pese ao valor do piso ser muito baixo, considera a aprovação da Lei do Piso, há dois anos, uma conquista, que ainda não se tornou realidade.

O que menos avançou nos últimos anos foi o investimento em educação, que apresentou crescimento somente após a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, no final de 2006. Mesmo assim, os recursos aplicados em educação repetem a desigualdade tributária brasileira, visto que a União, que arrecada mais, gasta menos, sendo os municípios mais sobrecarregados, embora possuam menos recursos.

Para a Senadora Marinor Brito, a educação no Brasil evoluiu na última década, mas em ritmo muito lento, aquém do potencial. Disse considerar que o desafio brasileiro seja dar um salto de qualidade no próximo decênio, mas lamenta que as metas propostas no próximo PNE não sejam ousadas.

## **2. Sra. Marta Vanelli:**

A Sra. Marta Vanelli afirmou que o Brasil, com o alto grau de analfabetismo que apresenta e o menor tempo de educação obrigatória que exige, afigura-se um dos países mais atrasados na área educacional de toda a América Latina. Considera importante o Parlamento brasileiro debater o PNE desta década, para que se discuta a proposta, tendo em vista as deliberações da Conferência Nacional de Educação, CONAE.

Julga necessária a preparação da estrutura física, assim como o aperfeiçoamento da formação de professores, tendo em vista a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos, válida a partir de 2016. Também é importante o aumento para 960 horas/ano do tempo de permanência do aluno na escola, determinação aprovada nesta Comissão de Educação há pouco tempo. Afirmou que a CNTE defende educação integral de, no mínimo, 7 horas por dia de aula.

Acredita ser importante consolidar o Sistema Nacional de Educação, para acabar com a fragmentação do sistema em três esferas – a federal, as estaduais e as municipais – e melhorar a educação no País. Para isso, no entanto, faz-se necessário aprovar a Lei de Responsabilidade Educacional, a fim de punir administradores públicos que não honram compromissos firmados em regime de colaboração ou de cooperação.

Afirmou que é preciso mais investimento em educação, principalmente na organização e preparação das redes do sistema, para que o País avance na universalização e na qualidade do ensino. Informou que a CONAE propõe que os recursos vinculados à educação passem de 18% para 25% no âmbito da União, e de 25% para 30% no dos estados e municípios. Além disso, defende que o percentual do Produto Interno Bruto – PIB – investido em educação evolua de 7%, em 2011, para 14%, em 2014. Como estratégia para o governo chegar a esse valor, a CNTE propõe que 50% dos recursos do Pré-Sal sejam destinados ao setor educacional.

A Sra. Marta Vanelli discorreu sobre a necessidade de se estabelecerem mecanismos democráticos de avaliação dos planos nacional, estaduais e municipais de educação. Segundo ela, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – trata da questão, mas ainda não há uma proposta concreta de avaliação da educação como um todo. A expositora defendeu também um sistema de avaliação dos profissionais da educação vinculado não à meritocracia, mas à formação continuada e à valorização profissional, bem como a melhores salários e condições de trabalho.

Citou a necessidade de avanços nas estratégias de respeito às diferenças, que garantam o atendimento pleno e de qualidade aos diversos segmentos sociais.

Frisou a importância de valorizar o profissional mediante a implementação da carreira, a fixação de um piso salarial de âmbito nacional, a formação continuada ofertada pelo Poder Público e o aumento da jornada de trabalho. Apontou especificamente a questão da carreira e o vencimento inicial, com o aumento da hora/atividade em um terço da jornada.

### **3. Sr. Célio Cunha:**

O Sr. Célio Cunha comentou que o Brasil tem corrigido um atraso secular na educação ao apresentar avanços, que, segundo ele, decorrem de um novo modelo desenvolvimentista, surgido de uma crítica ao pensamento liberal, em que se valoriza a participação do Estado na educação, o mercado interno e a coesão social.

O professor ressaltou que o Brasil deve comemorar: (i) o avanço no Programa Internacional de Avaliação de Alunos – Pisa, apesar de as estatísticas ainda serem desfavoráveis para o País; (ii) a eliminação da Desvinculação de Receitas da União, DRU, que devolve à educação brasileira quantidade apreciável de recursos; (iii) a extensão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Fundef, para Fundeb; e (iv) a redução do analfabetismo, que saiu dos dois dígitos. Julga

importante que se avance na associação da política educacional com a política de transferência de renda.

Segundo ele, apesar do progresso e da perspectiva de novo salto qualitativo na área, há muitos desafios. Para o professor, o País, em que pese ter apresentado progresso, deve radicalizar na luta pela universalização do ensino, pelo menos dos 4 aos 17 anos de idade, como também no atendimento em creche, no combate ao analfabetismo, na qualidade do ensino, na redução da repetência e no aumento do tempo de aprendizagem. Todos esses objetivos devem ser alcançados por meio da qualidade na educação, que passa, necessariamente, pela formação de bons professores, pela existência de boas carreiras no magistério e, conseqüentemente, pela dignificação da profissão docente.

Acredita que se deve buscar avançar na questão da ética em educação, no combate à corrupção, no maior respeito à instituição escolar e na valorização da escola.

Acrescentou que o PNE deve ser pensado em termos da estratégia do aumento do PIB em educação, da cobrança por metas e da gestão federativa da educação; esta, para ele, questão de fundamental importância, pois permite a compatibilização de metas e compromissos entre as três esferas de governo. Lamentou que o País ainda não tenha regulamentado o art. 23 da Constituição Federal, que estabelece a possibilidade de divisão de responsabilidades.

Sugeriu a incorporação, ao PNE, de alguns artigos da Lei de Responsabilidade Educacional, em tramitação no Congresso Nacional.

Comentou que estudos demográficos apontam redução da população escolarizável brasileira, o que significa que será essa condição que o País terá no futuro, aliada à ampliação dos investimentos e das políticas de avaliação.

Propôs também avaliações mensais rotineiras de escolas, nos diversos municípios, sorteados aleatoriamente, de forma que os governos federal, estaduais e municipais possam sempre ajustar periodicamente metas e políticas públicas.

Por fim, salientou a importância de os planos estaduais de educação serem elaborados em cooperação com os municípios, para que se efetive a gestão federativa na educação brasileira. Com esse objetivo, sugeriu a criação de um conselho, constituído pelos 27 Secretários de Estado, os 27 presidentes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime – e o presidente da CNTE, para que os principais responsáveis da área se reúnam periodicamente com o Ministro de Estado.

#### **4. Sr. Carlos Augusto Abicalil**

O Sr. Carlos Augusto comentou os avanços assegurados pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, para a educação brasileira. Comemorou o fato de que, diferentemente do anterior, o Plano Nacional de Educação desta década, além de mais estratégico e operacional, ganhou *status* constitucional. Apontou a importância de a Constituição estabelecer a universalização do atendimento da população de 4 a 17 anos, até 2016, a criação do Sistema Nacional de Educação, a integralidade da educação básica, a gestão democrática da educação, bem como a responsabilização solidária da União, juntamente com os estados e municípios, pela educação básica. Afora isso, disse que o Plano, obrigatoriamente, deve orientar a relação entre o patamar de investimento público para atendimento de suas metas e a evolução do PIB. Segundo o palestrante, é importante perceber o significado de vincular o crescimento econômico do País ao cumprimento de suas obrigações educacionais, notadamente expandidas nas duas últimas décadas.

De acordo com o Sr. Carlos Augusto, o PNE atual possui diversas alterações oriundas de debates organizados durante a vigência do Plano anterior, junto à sociedade, à Conferência de Educação Técnica e Profissional, à Conferência Nacional de Educação Básica e à Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Citou, como exemplo, a instituição do Fórum Nacional de Educação, reivindicado desde os anos 30 do século passado e a ampliação dos poderes avaliativos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Comentou que o conjunto de proposições que abre o texto da lei traduz preceitos referentes à inclusão, acessibilidade e cidadania, que regem as diretrizes e os princípios da educação brasileira.

Salientou que não se pode dissociar o Plano Nacional de Educação desta década com o debate sobre a reforma tributária, que tem relação direta com o cumprimento das metas educacionais, com a ampliação dos recursos da área e com o financiamento da educação no Brasil.

Informou que o MEC está criando duas Secretarias: uma de Regulação, para ampliar o credenciamento, a autorização e o reconhecimento de cursos, presenciais ou a distância, tanto públicos quanto privados – área em franca expansão; e outra, a de Articulação, para tornar

realidade o regime cooperativo entre os entes federados, na concepção das estratégias, no alcance das metas, nas formas de colaboração.

Frisou que o Ministério reconhece que a evolução da educação brasileira ocorreu numa velocidade inferior à desejável. Também tem consciência das desigualdades que caracterizam o cenário educacional brasileiro, tanto entre as regiões administrativas quanto entre campo e cidade, ou mesmo entre faixas de renda. Ressaltou, no entanto, que a experiência da década passada foi positiva.

Em resposta ao Senador Cristovam Buarque, comentou que o Governo Federal optou por tratar a questão da responsabilidade educacional como lei específica, para que ela entre no ordenamento jurídico brasileiro como ato normativo autônomo.

## **5. Senador Cristovam Buarque**

O Senador Cristovam Buarque expressou a opinião de que o PNE desta década, bem como o anterior, parecem-lhe planos de intenções, não de ações concretas. Lamentou que ambos os instrumentos normativos tratem a educação como serviço e não como vetor do progresso e instrumento para a construção do futuro do País. Além disso, um plano dessa natureza deve planejar para toda uma geração, não apenas para uma década, e precisa prever mecanismos para saldar a dívida social espelhada na desigualdade que caracteriza o cenário educacional brasileiro.

Para o senador, o nome do Programa Bolsa-Escola deveria ser retomado, para que a família tenha consciência da origem do auxílio que recebe. Também é necessário separar a bolsa-escola dos outros programas governamentais. Propõe que se crie a poupança-escola, com depósitos efetuados a cada vez que a criança passa de ano e aos quais ela teria direito somente após terminar o segundo grau. Considera importante o uso do uniforme, não só para evitar o *bullying*, mas também para criar uma unidade na escola.

Segundo o expositor, o ensino médio poderia passar de três para quatro anos e garantir um ofício simples para todo jovem. Também considera importante a previsão de bolsa, condicionada à alfabetização de adultos por parte do bolsista, para todo aluno universitário em curso de licenciatura, em áreas consideradas prioritárias. Na opinião do senador, a carga

horária mínima anual para o ensino básico não deveria ser nem as 800 horas atuais, nem as 960 horas aprovadas nesta Comissão, mas 1,2 mil horas por ano, o que inclui horário integral, duzentos dias e seis horas de aula por dia.

Ele opinou a favor da federalização da educação de base, aliada à descentralização gerencial e à liberdade pedagógica, a exemplo do que acontece com o Colégio Pedro II, com os Institutos de Aplicação e com os Colégios Militares.

O expositor apontou a necessidade da criação de um Plano Nacional da Carreira do Magistério, como o que já existe para o Colégio Pedro II. Propôs concurso federal, com remuneração elevada, para seleção de cem mil professores. Os aprovados seriam levados para dez mil escolas-modelo, espalhadas por 250 cidades, para atenderem a três milhões de crianças. Trabalhariam em período integral, com dedicação exclusiva. Segundo o senador, essa rede nacional de professores seria o começo de uma revolução na qualidade do ensino.

Sugeriu uma remuneração adicional para o professor, relacionada ao aprendizado dos alunos, a ser paga para a escola e distribuída entre todos os professores da unidade do docente cujos alunos tenham se destacado.

Segundo ele, o aluno deve aprender ética, solidariedade social, respeito à natureza, à diversidade, habilitação para o uso de instrumentos de informática, indignação diante de preconceitos e de injustiças. A escola também deve inculcar no aluno a perspectiva do aprendizado permanente e o hábito da leitura.

O senador teme que o PNE desta década jogue dinheiro demais nas escolas, sem um planejamento eficaz de uso do investimento. Para ele, se houver aumento do salário dos professores, sem contrapartida nos indicadores da educação, desmoraliza-se uma luta secular pela valorização do docente.

Sugeriu que corrupção e desvio de verbas sejam tratados como crimes hediondos. Também é a favor de se aprovar lei específica para criminalizar o vandalismo.

O senador propôs, ainda, a criação de: (i) um Ministério do Ensino Superior, para que o MEC se dedique à educação de base; (ii) uma agência federal para coordenação da segurança escolar; (iii) um sistema nacional de avaliação e fiscalização, como um TCU da

educação, não para saber se o gestor gastou bem, mas para fiscalizar resultados; (iv) uma Escola Nacional para Gestores, que devem ser escolhidos de forma democrática dentre os habilitados para o cargo; (v) uma prova de residência para professores, a exemplo da que há para médicos; (vi) uma Agência Nacional para a Proteção da Criança e do Adolescente, como as que existem para mulheres, para negros e para jovens; (vii) uma secretaria, dentro da Secretaria de Direitos Humanos, para erradicação do analfabetismo, que deve ser tratado como questão de direitos humanos, não de educação; e (viii) uma lei federal, que defina padrões nacionais para as edificações escolares, para evitar que qualquer edificação, mesmo sem infraestrutura adequada, seja considerada apropriada.

O palestrante concluiu enfatizando que sente falta de ousadia no PNE de 2011/2020, o qual lamenta não ser revolucionário, mas acomodado.

Fizeram uso da palavra, o Senador Paulo Bauer e as Senadoras Marisa Serrano e Ana Rita.

**2ª Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal**  
**sobre o Plano Nacional de Educação – 2011-2020**

**Tema:** A situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino técnico profissionalizante

**Data:** 11 de maio de 2011

**Participantes:**

1. Sr. Eliezer Moreira Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – Setec/MEC;
2. Sr. Rafael Lucchesi, diretor-geral do departamento nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai;
3. Sr. Daniel Klüppel Carrara, secretário executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar;
4. Sra. Maria Nilene Badeca da Costa, presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – Consed;
5. Sr. Francisco Aparecido Cordão, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE; e
6. Sra. Anna Beatriz Waehneltdt, diretora de educação do Serviço Nacional de Aprendizagem – Senac.

**1. Sr. Eliezer Moreira Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – Setec/MEC**

O Sr. Eliezer Pacheco falou sobre o incremento nos investimentos federais feitos na educação profissional e tecnológica a partir do Governo Lula e destacou as ações do atual programa federal voltado ao financiamento e expansão desta modalidade de educação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), lançado pelo Governo Dilma, em abril de 2011.

Essas compreendem a) o Bolsa Formação – que remunera o estudante que cursa o estudo técnico concomitante com o ensino médio; b) o Fies Técnico – linha de crédito estudantil para financiamento de cursos técnicos, c) o Brasil Profissionalizado – que apóia a ampliação da oferta de ensino profissional pelos sistemas estaduais; d) o *E-Tec* Brasil – que oferta vagas em cursos técnicos a distância oferecidos pelas redes estaduais e federal de ensino; e) a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica – com prioridade para determinadas áreas e regiões, como as chamadas “cidades pólo”; e f) a oferta de vagas gratuitas no “Sistema S” – continuidade de um acordo já vigente, mas com metas progressivas para ampliação do percentual de vagas gratuitas.

Explicou, por fim, que a meta do Governo Federal é conquistar, até 2014, 8 milhões de matrículas na educação profissional, enfrentando o grave problema de qualificação que há hoje no país.

## **2. Sr. Rafael Lucchesi, diretor-geral do departamento nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai**

O Sr. Rafael Lucchesi fez, primeiramente, uma apresentação do papel do Senai no contexto da capacitação técnica e tecnológica para o fortalecimento da indústria nacional. Apresentou o Senai como o maior sistema de educação profissional do Brasil e um dos maiores do mundo, com oferta, em 2010, de 2,3 milhões de matrículas, o que representa mais da metade de toda a oferta de educação profissional feita no país.

Destacou que, no Brasil, há um gargalo de mão de obra qualificada para a atividade industrial, o que prejudica a competitividade do país. Considerou que o Pronatec é oportuno para a execução da agenda brasileira de capacitação técnica profissional. Contudo, segundo ele, a má qualidade da educação básica acaba por prejudicar o processo de qualificação dos trabalhadores. Isso pede um esforço para a melhoria do sistema educacional como um todo, o que impactaria positivamente também o nível de formação dos trabalhadores da indústria.

## **3. Sr. Daniel Klüppel Carrara, secretário executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar**

O Sr. Daniel Carrara iniciou sua fala relembrando os 20 anos de atuação do Senar, que faz parte do “Sistema S”. De sua criação, em 1991, até 2008, o Senar não teve escolas. Seus cursos de curta duração voltados ao trabalhador rural eram executados em ambientes pedagógicos montados em propriedades rurais. Assim, a instituição conseguiu, ao longo de dezoito anos, atingir todas as regiões do país, formando em torno de um milhão de pessoas ao ano. A partir de 2008, os cursos, incluindo os de longa duração, passaram a ser oferecidos também em centros de treinamento. Destacou outras iniciativas recentes do Senar, como um projeto piloto em Minas Gerais, parcerias com organizações privadas e o lançamento de um centro de formação voltado à mecanização agrícola e produção de grãos.

Em seguida, apresentou dados sobre a demanda de formação no meio agrícola, evidenciando a carência de ações educacionais no setor. Nesse ponto, fez menção ao Pronatec, considerando que o Senar tem muito a contribuir com o programa em função da experiência acumulada pelo Serviço sobre as especificidades da educação no ambiente rural.

#### **4. Sra. Maria Nilene Badeca da Costa, presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – Consed**

A Sra. Maria Nilene da Costa apresentou dados sobre a situação educação profissional nas regiões. Primeiro, evidenciou o crescimento, de 2007 a 2009, da modalidade na rede estadual de quatro regiões brasileiras. Creditou o crescimento ao programa Brasil Profissionalizado, criado em 2007 para repassar recursos federais aos estados, com vista ao investimento em suas escolas técnicas.

Em seguida, destacou a particular situação do Mato Grosso do Sul que, em 2007, não tinha cursos técnicos oferecidos pelo estado e, hoje, conta com 52 modalidades, divididas em sete unidades.

A palestrante defendeu a criação de um fundo para a manutenção e desenvolvimento da educação profissional. Acredita que o Pronatec irá favorecer o acesso e permanência de alunos interessados na educação técnica e profissional. Mencionou também a importância de firmar parcerias para a operacionalização dos cursos.

#### **5. Sr. Francisco Aparecido Cordão, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE**

O Sr. Francisco Cordão deu, em sua fala, ênfase às diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Esclareceu que, segundo a concepção da atual estrutura de educação nacional, a educação profissional dá-se em três modalidades principais: formação inicial e continuada, técnico de nível médio e tecnológico de graduação e pós-graduação.

Com relação à educação profissional técnica, lembrou que pode ser desenvolvida integrada com o ensino médio, concomitante com ele – como projetos pedagógicos integrados, ou subsequente a ele. Em qualquer das hipóteses, os cursos devem ser organizados por eixos tecnológicos, em acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio editado anualmente pelo Ministério da Educação.

Finalizou lembrando que as competências desenvolvidas pela educação profissional objetivam promover o desempenho eficiente e eficaz das atividades profissionais advindas dos novos desafios do exercício social da cidadania.

#### **6. Sra. Anna Beatriz Waehneltdt, diretora de educação do Serviço Nacional de Aprendizagem – Senac**

A Sra. Anna Waehneltdt apresentou dados sobre a situação brasileira quanto à necessidade de qualificação profissional e, em seguida, dados sobre a atuação do Senac frente a esse desafio. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam carência profissional qualificada em setores como comércio, hotelaria, indústria, saúde, educação e construção civil. É o que se chama de “apagão de mão de obra”. De um lado, há um grande contingente de desempregados com deficiência de formação e, de outro, sobra de postos de trabalho para profissionais qualificados.

Em face dessa realidade, o Senac oferece 144 cursos de capacitação – vinculados à formação inicial e continuada – e 63 títulos de capacitação técnica – nível técnico de ensino médio. A previsão de atendimento do Serviço, até 2014, é chegar a 1,4 milhões de alunos matriculados em cursos técnicos e de capacitação.

Falou, em seguida, de três indicadores considerados fundamentais à qualidade do trabalho da instituição de educação profissional. O primeiro é a estruturação do currículo. O segundo, a preparação do docente e o terceiro, as tecnologias educacionais. Deu exemplos que demonstram as estratégias do Serviço para dar cumprimento às três referências que permitem a análise qualitativa da educação oferecida.

Fizeram uso da palavra a Senadora Ana Amélia, os Senadores Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Inácio Arruda e Wellington Dias, e o Deputado Federal Jorge Boeira.

**3ª Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal**  
**sobre o Plano Nacional de Educação – 2011-2020**

**Tema:** O processo de expansão da educação infantil após aprovação de legislação destinada a favorecer sua universalização

**Data:** 18 de maio de 2011

**Participantes:**

7. Sr. Vander de Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação – CGFSE/FNDE;
8. Sr. Vital Didonet, Especialista em Educação Infantil e Assessor da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar – Omep;
9. Sr. Dioclécio Campos Júnior, Secretário de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal – GDF; e
10. Sra. Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC.

**1. Sr. Vander de Oliveira Borges – Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação – CGFSE/FNDE**

O Sr. Vander Borges abriu o debate trazendo alguns números relacionados à dinâmica operacional do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Destacou que 12,1% do total de matrículas consideradas na distribuição dos recursos correspondem aos segmentos de educação pública infantil e de educação infantil conveniada. Contudo, lembrou que o recurso chega ao estado ou ao município sem que haja identificação da etapa ou modalidade de ensino correspondente à parcela em questão. A definição fica a cargo do próprio município, que, conforme dispositivo constitucional, tem como responsabilidade prioritária a educação básica infantil e fundamental.

Ressaltou ainda que, com a mudança do Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – para o Fundeb, passou-se a ter um número maior de fontes de financiamento da educação básica, além de um percentual maior de recursos. Sobre a participação da União, disse que houve modificação no critério de cálculo da complementação federal, de forma a se assegurar que esta seja crescente, ao contrário do que ocorria na vigência do fundo anterior. Esclareceu que o aporte

de recursos federais visa minimizar as diferenças regionais, contemplando os estados que não conseguem alcançar o valor mínimo nacional delimitado.

Em seguida, salientou que, desde 2007, primeiro ano do Fundeb, houve um aumento do valor aluno/ano na educação infantil, decorrente de uma política de incentivo a determinados segmentos da educação básica, como a pré-escola. Por fim, informou que a perspectiva para 2011 é de que haja um aporte de 96 bilhões de reais para o Fundeb, sendo 88 bilhões provenientes dos estados e municípios e o restante, da União.

## **2. Sr. Vital Didonet, Especialista em Educação Infantil e Assessor da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar – Omep**

O Sr. Vital Didonet apresentou dados que demonstram que o acesso à educação infantil ainda é privilégio das crianças da classe A e B. Desse modo, enfatizou que temos um sistema de ensino que não está atento a esse viés econômico e que, se a pré-escola e a creche são oportunidades importantes para se desenvolver socialmente, a educação infantil é um dos fatores que podem contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.

Nesse sentido, destacou algumas questões que devem ser abordadas no processo de expansão dessa etapa de ensino: a inclusão de crianças com deficiência (em um ambiente escolar preparado para tal e com profissionais qualificados); o respeito à diversidade (lembrando as diferentes infâncias nas diferentes comunidades brasileiras); o problema das distâncias geográficas (nem sempre resolvidas apenas com o transporte escolar); o problema da pobreza (as escolas que atendem a populações mais pobres devem ter serviços articulados e complementares de saúde, saneamento etc); e a preocupação constante com a qualidade.

Apontando alguns avanços recentes na legislação brasileira, salientou que a educação infantil ganhou *status* social e político com o Fundeb, ao ser considerada no mesmo bloco que inclui os ensinos fundamental e médio – o da educação básica. Além disso, lembrou que a Lei do Magistério colocou o professor da creche e da pré-escola no mesmo nível do professor do ensino médio.

Especificamente sobre o Plano Nacional de Educação 2011-2020, ressaltou a importância de seu desdobramento em planos estaduais e municipais de educação, com o devido apoio do Governo Federal, para que as metas sejam efetivamente atingidas.

## **3. Sr. Dioclécio Campos Júnior, Secretário de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal – GDF**

O Sr. Dioclécio Campos Júnior focou sua exposição na apresentação de argumentos científicos que resumem a importância de se priorizar a educação infantil. Primeiramente, lembrou que, segundo Winnicott, a educação já começa no período de gestação. Nesse sentido, afirmou que evidências científicas comprovam que a maior velocidade de crescimento do cérebro ocorre do sexto ao nono mês de vida intrauterina. Posteriormente, há um declínio na velocidade desse crescimento, mas ele continua intenso até o sexto ano, desde que a criança tenha uma nutrição adequada e seja exposta a variados estímulos sensoriais.

Apresentou ainda um estudo do americano James Heckman, prêmio Nobel de Economia, que comparou um grupo de crianças que tiveram acesso a cuidados de qualidade e à educação infantil durante os seis primeiros anos de vida com um grupo que não teve acesso a esse tratamento. A conclusão é de que variáveis como agressividade, progressão nos estudos, necessidade de assistência social, aquisição de casa própria e boa remuneração estão intimamente relacionados ao cuidado recebido durante a faixa etária estudada.

Por fim, lembrou que a riqueza da era pós-industrial está baseada na produção de conhecimento, e não mais na linha de montagem. Sendo assim, as prioridades do terceiro milênio incluem necessariamente uma fonte de inteligência renovável. Dessa forma, torna-se urgente uma maior atenção à educação infantil.

#### **4. Sra. Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC**

A Sra. Maria do Pilar Lacerda destacou que, no Brasil, é recente a visão de que o período de zero a três anos é determinante para a criança e de que o ensino para essa faixa etária não pode ser visto simplesmente como um ato de assistencialismo e caridade. Segundo a palestrante, o novo modelo brasileiro assume a educação infantil como um dever da pasta da educação e dos municípios. Contudo, como o custo da creche integral de qualidade é muito alto, o Governo Federal assumiu a tarefa, dentro do regime de colaboração, de fazer parcerias com os entes citados para a construção de escolas infantis. Mencionou ainda estar em negociação a proposta de uma estrutura intersetorial, para que haja também um atendimento nas áreas de saúde e assistência, sem, todavia, tirar o enfoque do propósito educacional.

Em seguida, citou alguns desafios a serem superados. Primeiramente, reforçou a importância da Emenda Constitucional nº 59 (que acabou com a desvinculação das receitas da União sobre os recursos da educação e tornou obrigatória a matrícula de todas as crianças e jovens de quatro a dezessete anos a partir de 2016), mas disse que essa determinação constitucional não pode fazer com que a política das crianças de zero a três anos seja relegada.

Posteriormente, apontou que a estruturação de um trabalho em regime de colaboração com os municípios para o desenho da infraestrutura é complexo, pois muitas vezes se esbarra em dificuldades locais, como a aquisição de terrenos. Outro problema colocado trata da definição do perfil do profissional da educação infantil, cuja formação deve abranger tanto o aspecto educacional quanto o do cuidado. Nesse ponto, citou duas políticas em andamento: o Proinfantil – Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil – e um curso de especialização voltado para os profissionais que já têm nível superior.

Por fim, solicitou ajuda do Senado Federal na resolução da questão da divergência entre os estados na definição da idade mínima de ingresso no ensino fundamental, o que, em sua opinião, facilitaria a entrada das crianças nessa etapa e a criação de um projeto pedagógico para as escolas.

Concluindo, mencionou a criação de um grupo de trabalho, na Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, que vai estabelecer o esforço que cada município deverá fazer para que a Emenda Constitucional nº 59 seja atendida.

Fizeram uso da palavra as Senadoras Marisa Serrano, Ângela Portela e Marinor Brito, o Senador Cristovam Buarque e o Deputado Federal Osmar Terra.

**4ª Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal**  
**sobre o Plano Nacional de Educação – 2011-2020**

**Tema:** O Ensino Fundamental, a Educação Integral e a Educação para Jovens e Adultos - EJA

**Data:** 1º de junho de 2011

**Participantes:**

1. Sr. Timothy Denis Ireland, Especialista em Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco;
2. Sra. Maria Cecília Amendola da Motta, Secretária Municipal de Educação da Prefeitura de Campo Grande – MS;
3. Sr. Mozart Neves Ramos, Membro do Conselho de Governança do Movimento Todos Pela Educação e Membro Titular do Conselho Nacional de Educação – CNE;
4. Sra. Carmen Isabel Gatto, Coordenadora Geral de Educação de Jovens e Adultos – CGEJA/MEC;
5. Sr. Carlos Eduardo Sanches, Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

**1. Sr. Timothy Denis Ireland, Especialista em Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco**

O Sr. Timothy Denis Ireland enalteceu a visão de que a educação geral deve compreender a perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, inclusive pelo seu papel de transformação social. Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação – PNE – tem uma visão importante sobre a educação de jovens e adultos, embora possa ser considerado um tanto restrito, especialmente quando comparado como o Marco de Ação de Belém, uma declaração assinada pelo Brasil na Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos realizada pela Unesco naquela cidade, em 2009. Esse Marco de Ação abrange tanto a educação de jovens e adultos no aspecto escolar, de natureza compensatória ou reparatória, quanto a qualificação profissional dessas pessoas.

O Marco de Ação é estruturado em eixos bem definidos. Assim, ele propõe que a educação de jovens e adultos seja vista como algo contínuo, que não se limite à mera alfabetização, mormente em campanhas emergenciais, que não resolvem o problema. Nesse sentido, o Sr. Timothy Ireland acredita que o PNE já assegura recursos capazes de garantir para jovens e adultos a alfabetização, a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

O Sr. Timothy considera importante que o PNE trabalhe questões relativas à governança, com ações de cooperação intersetorial e interministerial, com a participação da sociedade civil. Ele citou, por exemplo, o apoio do Ministério da Saúde, para fornecer óculos para os estudantes e o apoio do Ministério da Justiça, na atenção à educação em prisões.

No que se refere ao financiamento, o Marco de Ação sugere que devam ser alocados pelo menos 6% do Produto Interno Bruto – PIB – para a educação. Quanto à qualidade da educação, é preciso investir em programas de profissionalização de professores, além de se fazer uma análise regular de dados, para se avaliar concretamente os programas em andamento.

Foram apresentados dados sobre a educação brasileira, demonstrando que existem cerca de 52 milhões de alunos no ensino básico, sendo 4,5 milhões na educação de jovens e adultos. A preocupação é que esses dados apontam para uma redução na matrícula nessa última modalidade de educação. É preocupante ainda o fato de a redução de matrículas se dar em um momento em que os recursos têm crescido significativamente, com a disponibilização, via Fundeb, de quase R\$ 11,5 bilhões, que deveriam assegurar o aumento de matrículas. Ademais, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2009 – PNAD-IBGE – demonstra um público potencial para a educação de jovens e adultos, já que existem cerca de 57 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentaram ou não terminaram o ensino fundamental. Existem ainda cerca de 14 milhões de jovens e adultos considerados analfabetos funcionais, por não terem pelo menos quatro anos de estudo. Os programas têm atendido aproximadamente 11,5% da demanda por alfabetização, 7,5% da demanda pelo ensino fundamental e 7,4% da demanda pelo ensino médio. Em números totais, não se chega nem a 10% da demanda.

Quanto aos desafios, o Sr. Timothy Ireland enumera a adoção de uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, a universalização da alfabetização, com adoção de ações pós-alfabetização, que contemplem, no mínimo, a formação profissional, as questões referentes à intersetorialidade, envolvendo questões de saúde, trabalho, agricultura, cultura, desenvolvimento sustentável, dentre outras, e o investimento em qualificação profissional de professores.

## **2. Sra. Maria Cecília Amendola da Motta, Secretária Municipal de Educação da Prefeitura de Campo Grande – MS;**

A Sra. Maria Cecília Amendola da Motta falou sobre acesso, permanência, inclusão, monitoramento, financiamento e valorização do ensino fundamental, com base na experiência

do Município de Campo Grande – MS. Segundo ela, o Município tem se esforçado para universalizar o ensino, ao mesmo tempo em que visa ampliar a qualidade da aprendizagem, com a garantia de que a criança permaneça na escola.

A qualidade passa, segundo a palestrante, pelo monitoramento da aprendizagem, que se dá por meio de instrumentos como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb – e os Indicadores Demográficos e Educacionais – IDE –, pelo financiamento e pela qualificação dos profissionais. Busca-se promover as adequações de currículo que se mostrem necessárias, bem como articular o atendimento educacional especializado e às famílias.

O monitoramento do aprendizado deve ser feito de forma individualizada, na opinião da Sra. Maria Cecília. Para ela, esse monitoramento individual deve orientar o planejamento dos profissionais e assegurar a inclusão e a participação das famílias no processo de aprendizagem. Além disso, existe o grande desafio de se conciliar redução de percentuais de reprovação e de abandono com a garantia de aprendizagem de cada criança.

Para a Sra. Maria Cecília, também é preciso assegurar recursos para a educação, da ordem de 10% do PIB, com determinação da origem, destino e regras para gestão desses recursos, considerando-se especialmente as necessidades das escolas que oferecem educação em tempo integral. A Secretária entende ser necessário investir em formação continuada de professores, por meio de cursos de pós-graduação, por exemplo.

Ela falou sobre a experiência do Município de Campo Grande com a educação em tempo integral, baseada no conceito de espaços de convivência de educação formais e informais. Os projetos são desenvolvidos a partir de princípios como a educação para a pesquisa e a experimentação, a aprendizagem interativa, a fluência tecnológica, com inclusão digital, a inserção crítica da realidade, a educação ambiental e a gestão democrática. É utilizada nesses casos a metodologia da problematização, compreendendo-se o professor como um mediador de um processo em que o aluno é autor e pesquisador.

A Sra. Maria Cecília concluiu sua intervenção tratando do projeto de educação de jovens e adultos do Município de Campo Grande e discorrendo sobre a importância dos investimentos em educação, como instrumento de desenvolvimento social.

### **3. Sr. Mozart Neves Ramos, Membro do Conselho de Governança do Movimento Todos pela Educação e Membro Titular do Conselho Nacional de Educação – CNE**

O Sr. Mozart Neves Ramos apresentou a visão do Movimento Todos pela Educação sobre a questão do ensino fundamental. Para ele, é imprescindível que existam expectativas claras de aprendizagem, para que se possa dar um salto de qualidade que se espera da

educação no Brasil. Para tanto, é muito importante atingir a meta de universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos. Ele acredita que essa meta será alcançada, inclusive pelo fato de ela ter alcançado *status* constitucional.

O expositor defendeu que sejam previstas submetas anuais ou pelo menos bianuais, para que se possa fazer uma avaliação mais precisa e definir os responsáveis pelo eventual não cumprimento das metas.

O Sr. Mozart considera a aprendizagem como o grande desafio a ser superado, dado o baixo percentual de alunos que consegue aprender o que seria de se esperar dos estudantes ao longo do processo. A situação é agravada pela evasão escolar, que ocorre pela ausência de uma escola acolhedora e motivadora, responsável pela permanência de crianças, adolescentes e jovens. Tudo isso gera consequências sérias, como a formação de um número insuficiente de profissionais para o mercado, particularmente em áreas como a engenharia, que dependem de uma formação básica em matemática que normalmente não é obtida pelos estudantes de forma satisfatória.

Foram apresentados dados que demonstram avanços nas séries iniciais do ensino fundamental, mas, para o Sr. Mozart, existe uma estagnação nas últimas etapas. Essa estagnação significa retrocesso, e deve ser combatida, com foco na aprendizagem, especialmente quando se considera a competição com outros países e o conceito de janela demográfica – o fato de o Brasil ter hoje uma população jovem e ativa maior do que as pessoas que já são beneficiárias da Previdência Social, situação que deve se inverter ao longo do tempo, com aumento da expectativa de vida.

O Sr. Mozart considera imprescindível a adoção de ações e projetos de valorização dos professores, com salários iniciais atraentes, incentivos e estímulos, além de uma formação inicial sólida. Nesse sentido, ele propõe que se repense o papel da universidade, particularmente no que se refere às experiências concretas de ensino e aprendizagem. Ele considera preocupante que o Brasil, mesmo tendo bons resultados em produção científica, formando um grande número de doutores, ainda tenha tantas deficiências na educação básica. Nesse sentido, apresentou proposta de criação de um instituto dentro das universidades, para formação de professores dedicados à educação básica, a partir de propostas, iniciativas e experiências concretas de profissionais dessa área.

#### **4. Sra. Carmen Isabel Gatto, Coordenadora Geral de Educação de Jovens e Adultos – CGEJA/MEC**

A Sra. Carmen Isabel Gatto afirmou que as discussões do PNE são uma oportunidade de superar concepções de que a educação de jovens e adultos deva ser feita na linha da suplência ou de campanhas de alfabetização. Ao contrário, ela precisa ser pensada na perspectiva de educação ao longo da vida.

Foram apresentadas as bases legais e regulamentares da educação de jovens e adultos, bem como os principais fóruns de discussão do assunto. Nesses processos, houve o reconhecimento de que a educação de jovens e adultos é um direito assegurado independentemente da idade, devendo se dar de forma articulada e contínua, com respeito às diversidades, sem perder de vista a sua natureza interdisciplinar e transversal, em uma perspectiva intersetorial, que conecta políticas sociais de outras áreas, como a saúde e o trabalho.

Como desafios, a Sra. Carmen citou: a ampliação e qualificação da oferta de educação de jovens e adultos no contexto da educação básica, e não de forma dissociada; a garantia da continuidade da escolarização dos egressos de programas de alfabetização; e a ampliação do acesso de gestores e educadores às políticas de formação inicial e continuada.

A Sra. Carmen discorreu sobre as metas propostas para a educação de jovens e adultos, com os seus principais indicadores. Também foram apresentados números, especialmente sobre as matrículas, o analfabetismo e sobre a população alvo das políticas de educação de jovens e adultos, estimada em cerca de 60 milhões de pessoas.

As estratégias da política educacional do Ministério da Educação – MEC – se dão a partir de quatro eixos: o financiamento através do Fundeb, a formação de professores e gestores para a educação de jovens e adultos, ações de apoio e fortalecimento das redes estaduais e municipais, também com políticas intersetoriais. A Sra. Carmen discorreu detalhadamente sobre cada um desses eixos, citando as principais ações que já estão sendo desenvolvidas pelo MEC e as propostas a serem incluídas no PNE.

## **5. Sr. Carlos Eduardo Sanches, Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação**

O Sr. Carlos Eduardo Sanches apresentou informações sobre a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, instituição da sociedade civil que reúne mais de 200 entidades ligadas à educação e que organiza uma mobilização social com o título “PNE pra Valer!”, com o objetivo de fortalecer o novo Plano, corrigir limitações da proposta do Poder Executivo, criar ferramentas efetivas para viabilizar os novos recursos necessários à implementação do PNE, tornar as políticas educacionais mais participativas e buscar equidade

do ponto de vista educacional. Assim, a Campanha já formulou 106 emendas ao projeto do PNE.

A Campanha entende ser preciso assegurar insumos básicos em todas as escolas de educação básica do Brasil, a fim de garantir que as metas do PNE possam ser alcançadas. Assim, foi proposto o chamado “Custo Aluno Qualidade”, que já teve parecer favorável do Conselho Nacional de Educação e aguarda homologação pelo MEC.

O Sr. Carlos Eduardo Sanches afirmou que somente será possível alcançar as metas do PNE se houver investimentos da ordem de pelo menos 10% do PIB, e não de apenas 7%. Além disso, ele defende a criação de metas intermediárias que permitam o monitoramento e o acompanhamento mais eficaz das metas propostas, além da definição de responsabilidades entre os entes federados pelo cumprimento dessas metas. Afirmou ainda que a análise das notas técnicas que subsidiam o projeto demonstra precariedades do ponto de vista do financiamento, a partir das metas propostas no projeto, constatadas por meio de análise de dados e estudos técnicos do IBGE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.

O Sr. Carlos Eduardo Sanches defendeu que o centro das discussões sobre o PNE seja o professor e as políticas que objetivem a sua valorização, especialmente para assegurar que tenham uma formação adequada para o exercício das suas funções. Também é preciso corrigir as distorções salariais verificadas e valorizar a carreira desses profissionais.

O palestrante discutiu algumas das emendas apresentadas, como a que propõe a implantação definitiva do ensino fundamental de 9 anos até o 4º ano de vigência do novo Plano, a que estabelece o ciclo de alfabetização, a manutenção da Provinha Brasil como instrumento de avaliação e monitoramento do desenvolvimento do processo de alfabetização, sem os riscos de um novo exame que leve ao ranqueamento de escolas. Também a emenda que propõe alterações para o Ideb, para que se torne efetivamente um instrumento de avaliação da qualidade educacional, já que atualmente ele reflete apenas o desempenho dos alunos, promovendo um ranqueamento inadequado das escolas. Ainda, a proposta de um regime de colaboração entre os entes federados em parceria com a sociedade civil para assegurar a mobilização nacional pela educação de jovens e adultos e o apoio técnico e financeiro a projetos inovadores que atendam às necessidades específicas desses educandos.

Fizeram uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Cyro Miranda e Waldemir Moka e as Senadoras Lídice da Mata e Marinor Brito.

**Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal**  
**sobre o Plano Nacional de Educação – 2011-2020**

**Tema:** Ensino Médio

**Data:** 8 de junho de 2011

**Participantes:**

**1. Sra. Malvina Tania Tuttman, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep/MEC**

A Sra. Malvina Tuttman iniciou os trabalhos lembrando que, na prática, apenas 50% dos brasileiros de 15 a 17 anos se encontra no ensino médio. Apresentando dados demográficos referentes a essa população, disse que 98% são alfabetizados, mas apenas 85% freqüentam a escola, apenas 55% têm o ensino fundamental completo e 71% possuem uma renda familiar per capita inferior a um salário mínimo. Posto isso, enfatizou que a grande responsabilidade do país é trabalhar para diminuir essa defasagem.

Sobre a Meta III do Plano Nacional de Educação – PNE (que prevê a universalização, até 2016, do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e a elevação da taxa líquida de matrícula no ensino médio de 50,9% para 85% até 2020), classificou como o mais desafiador colocar esses jovens no nível de ensino em que deveriam estar. Apresentando dados que corroboram com sua argumentação, disse não ser possível descolar a discussão do ensino médio com o que vem ocorrendo no ensino fundamental: a retenção pela reprovação e a evasão de alunos. Nesse ponto, reforçou a importância de estarem previstas no PNE a manutenção e a ampliação dos programas de correção de fluxo no ensino fundamental (Estratégia 3.2). Lembrou ainda que sempre que a idade está adequada ao nível de ensino, o desempenho escolar é melhor.

Posteriormente, apresentou dados que apontam que mais de 45% dos matriculados no ensino médio público frequentam a escola no período noturno, turno que acolhe alunos com maior variação de idade, provavelmente por serem trabalhadores. Sendo assim, ressaltou a importância da criação de políticas que permitam que as crianças que estão nascendo hoje possam, no futuro, estudar durante o dia, sem precisar trabalhar. Contudo, disse acreditar que, por ora, ainda é preciso fortalecer o curso noturno. Em sua opinião, para colocar os jovens dentro da faixa etária que lhes é de direito, são necessárias políticas compensatórias. Nesse sentido, sugeriu como medida a colocação provisória do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – como certificação.

Encerrando, enfatizou a importância do professor nesse processo, com a valorização da carreira, boa remuneração e garantia de uma formação continuada.

## **2. Sr. Maurício Holanda Maia, Representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – Consed – e Secretário Adjunto da Educação do Estado do Ceará**

O Sr. Maurício Holanda Maia iniciou sua apresentação destacando que, em sua opinião, o momento brasileiro atual é o melhor em termos de estruturação da educação, pois há a conjunção de um ciclo econômico positivo com uma maior estabilidade no crescimento demográfico da população, e deve ser aproveitado para que haja o redesenho de alguns pilares fundamentais.

Focando no tema da audiência, disse que o ensino médio se organizou em função do acesso ao nível superior, e não como uma experiência em si. Segundo o palestrante, esse processo só foi atenuado com a instituição do Enem como processo de avaliação e acesso à universidade. Acrescentou que algumas deficiências observadas também são reflexo de ineficiências do ensino fundamental, como algumas políticas recentes de promoção e aceleração de estudos que acabaram produzindo efeitos colaterais complicados.

Em seguida, sublinhou que o PNE prevê estratégias importantes, tais como a regularização do fluxo e a necessidade de interface com a educação profissional. Contudo, sugeriu que os anseios dos jovens fossem observados antes de se reorganizarem as soluções propostas. Sendo assim, considerando como ponto fundamental a necessidade adolescente de se afirmar como indivíduo autônomo e competente, tanto socialmente quanto economicamente, propôs o estabelecimento de uma ponte entre escola, lugar de trabalho e lugar de exercício da cidadania. Uma das maneiras seria a criação de políticas públicas que viabilizassem um amplo leque de estágios com bolsa e que possibilitassem que os alunos mais aptos pudessem exercitar uma corresponsabilidade pelos resultados da escola, talvez como monitores. Ademais, sugeriu a ampliação das políticas de transferência de renda, desenvolvendo uma que compreenda a necessidade que esses jovens têm de se afirmar como consumidores: uma bolsa direcionada aos estudantes maiores de 15 anos e atrelada à frequência e ao desempenho acadêmico.

Por fim, pontuou a importância de se rever a forma como o currículo do ensino médio está organizado, uma vez que o considera inflado e com temas que são tratados repetidamente em diferentes matérias, sem que haja uma articulação entre elas. Além disso, do seu ponto de vista, o grande número de disciplinas obrigatórias faz com que algumas delas sejam abordadas apenas superficialmente, sem dar espaço para a reflexão. Sendo assim, disse ser

preciso um pacto entre professores, gestores e conselhos de educação em prol da racionalização curricular.

**3. Sra. Marta de Campos Maia, Professora de Tecnologia da Informação da Fundação Getúlio Vargas/ Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV/EAESP – e consultora de empresas e Instituições de Ensino**

A Sra. Marta de Campos Maia falou sobre inovação no método de ensino de jovens considerando a utilização de redes sociais e novas tecnologias informacionais. Segundo ela, o Brasil é líder na utilização de mídias sociais digitais e campeão em tempo médio de navegação na internet. O jovem, em especial, é o responsável por alavancar esses índices. Outro dado apresentado diz que das crianças de 5 a 9 anos, as quais frequentarão o ensino médio daqui a dez anos, 57% já utilizaram a internet. São os chamados “nativos digitais”, que são alfabetizados tecnologicamente antes da escrita e, conforme relatam pesquisas, acabam por desenvolver uma nova forma de percepção cognitiva.

Indo na contramão desse quadro, continuou ela, o método tradicional de ensino não se apropria dessas novas tecnologias e ferramentas para favorecer a transmissão de conteúdo, o que torna as aulas pouco atraentes aos jovens. No que toca ao manuseio da informação, por exemplo, o professor ainda insiste em fragmentar a informação em capítulos e etapas, quando o jovem está preparado para receber conteúdo de diferentes fontes e com conexões entre as áreas de saber.

A proposta apresentada por Marta é a de utilizar as novas tecnologias para criar novas oportunidades de aprendizagem e tornar o processo de ensino bem sucedido. Para isso, o professor pode valer-se de ferramentas disponibilizadas gratuitamente pela internet, como redes sociais, vídeos, *blogs*, espaços de produção colaborativa de conhecimento (*wikispaces*) e outros.

Trata-se de identificar momentos em que o uso de novas tecnologias possa tornar o ensino mais atrativo ao jovem, colocá-lo em contato com o professor no período extraclasse e tornar a educação mais dinâmica. Finalizou dizendo que as novas tecnologias podem, de novas formas, atender aos projetos pedagógicos já existentes.

**4. Sr. Celso João Ferretti, Pesquisador do Centro de Estudos, Educação e Sociedade – Cedes**

Baseado em um documento produzido pelo Cedes, fruto de um seminário sobre educação brasileira cujo objetivo foi discutir o PNE, o Sr. Celso Ferretti apontou três pontos

falhos do Plano como um todo: o tratamento superficial dado a seu objetivo maior – de articulador do Sistema Nacional de Educação; a falta de utilização dos diagnósticos da educação brasileira constantes do documento final da Conferência Nacional de Educação – Conae; e a superficialidade com que é tratada a questão da qualidade do ensino, que carece de uma definição mais precisa.

Tratando do tema específico da audiência, disse que o ensino médio, além de representar um importante momento de aprendizagem e crescimento pessoal, tem um vínculo muito forte com os interesses empresariais. Nesse sentido, esclareceu que grande parte dos jovens estudantes se divide entre estudo e trabalho, movidos pelo discurso empresarial de que a conclusão do ensino médio é um meio para se conseguir um emprego melhor. Levando em consideração o argumento de que o PNE deve contribuir para a estruturação do Sistema Nacional de Educação, salientou a necessidade do compromisso com a construção de um projeto curricular que integre de fato o ensino médio à educação básica.

A respeito dos tópicos do PNE que versam sobre a etapa de ensino em questão, ressaltou três aspectos como fundamentais: a expansão da oferta, a qualidade da educação e a relação público/privado no financiamento.

No que concerne ao primeiro ponto, relatou que várias das metas apresentadas necessitam de reformulações no sentido de estender de fato o acesso a populações com realidades diversificadas, independentemente da faixa etária. Apontou ainda a existência de um paradoxo que merece ser mais estudado: a existência de uma política de expansão da oferta, em diferentes modalidades, ao mesmo tempo em que se observa a diminuição progressiva das matrículas desde 2007. Segundo o palestrante, as políticas que têm surgido para estimular a presença dos alunos – de auxílio, bolsa alimentação, vale transporte – não têm produzido resultados amplos, ainda que haja casos pontuais em que os problemas foram minorados.

Enfim, sobre o termo “qualidade da educação”, ressaltou que a grande questão é a dificuldade de definição, já que pode se referir tanto a resultados expressivos no Enem e no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) quanto a um conceito mais amplo, que alcança diferentes dimensões sociais. Nesse sentido, disse haver, no próprio PNE, menção à perspectiva da promoção de uma educação integrada, que compreenda a formação de um indivíduo crítico, além da formação profissional. Em sua opinião, é uma proposta extremamente interessante e complexa, que implica fortes investimentos na própria compreensão do projeto, na formação de professores e na criação de condições objetivas para que seja implementada.

Fizeram uso da palavra as Senadoras Marisa Serrano, Ana Amélia, Lídice da Mata e o Senador Cyro Miranda.

**6ª Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal**  
**sobre Plano Nacional de Educação – 2011-2020**

**Tema:** Ensino Superior e Pós-Graduação

**Data:** 15 de junho de 2011

**Participantes:**

1. Sr. Paulo Speller, Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CNE;
2. Sr. Celso Fraudes, Professor e Consultor Educacional da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES;
3. Sr. Álvaro Toubes Prata, Segundo Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes e Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC;
4. Sr. Isaac Roitman, Professor, Pesquisador e Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências – ABC;
5. Sra. Elisangela Lizardo, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos – ANPG.

**1. Sr. Paulo Speller, Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CNE**

Iniciando os trabalhos, o Sr. Paulo Speller estabeleceu o panorama do Ensino Superior no Brasil. No ano de 2011, havia cerca de 6,5 milhões de estudantes matriculados, 75% em instituições superiores privadas, com concentração nos cursos de Administração, Direito e Pedagogia. Ressaltou a relevância de instituições públicas em todas as regiões brasileiras, com exceção à Região Sudeste, devido ao grande mercado de instituições privadas.

O palestrante destacou a importância da educação à distância, tendo um crescimento considerável nos últimos anos, principalmente entre estudantes do sexo feminino e com média de idade de 33 anos. Destaca-se a oferta de cursos de licenciatura.

Em se tratando de cursos de licenciatura, nas palavras do palestrante, há um pequeno crescimento, acarretando assim a uma estabilização de matrículas, agravando o quadro de não formação de profissionais na área. Tem-se como consequência o não atendimento às demandas das escolas de educação básica.

Ademais, o expositor apontou o número de bolsas ofertadas na pós-graduação: 333 mil bolsas de mestrado, 21 mil de doutorado, 2,7 mil de pós-doutorado e 75 de pesquisador

visitante nacional sênior. Por fim, ressaltou a problemática da qualidade da educação básica e reivindicou recursos para a educação que, segundo o palestrante, deve ser encarada como política prioritária de Estado.

## **2. Sr. Celso Fraudes, Professor e Consultor Educacional da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES**

O Sr. Celso Frauches iniciou sua palestra afirmando que sem pelo menos 10% do PIB as metas do Plano Nacional de Educação – PNE – não poderão ser implementadas com sucesso. Ele reivindicou também recursos do pré-sal para a educação. Como representante da iniciativa privada, afirmou que a participação da categoria tem sido relegada e solicitou o seu envolvimento nos principais colegiados da educação superior brasileira.

Analisando a Meta 12 do PNE, que estabelece 33% dos alunos na educação superior até 2020, ressaltou a importância da iniciativa pública em cumprir essa meta, dado o quadro de vagas ociosas no último vestibular, cerca de 40 mil. Segundo o palestrante, o problema em atingir a previsão não está na falta de vagas, mas sim na formação básica para a educação superior e na capacidade de pagamento do aluno na iniciativa privada. Como solução, propõe a criação de um sistema único de educação básica, em que todas as esferas do Governo formassem uma unidade coesa para superar as deficiências.

Por fim, propõe medidas: investimento na EaD – Educação a Distância –; criação de incentivo fiscal para a educação; formação pedagógica do professor universitário; incentivos para cursos de pós-graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil; e aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação, o Sinaes.

## **3. Sr. Álvaro Toubes Prata, Segundo Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes e Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**

O Sr. Álvaro Toubes Prata mencionou a importância que o Brasil assumiu em nível mundial, sendo a sétima potência. Apresentou uma série de gráficos com pesquisas sobre a educação, ressaltando o contraste entre as regiões brasileiras. Em nível mundial, apresentou o país como 13ª produção científica, apesar de nenhuma instituição de ensino superior estar entre as duzentas melhores do mundo. Concluiu que o desafio do Brasil é uniformizar-se, vencer os contrastes.

Para o palestrante, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni – assume grande destaque. De 2002 a 2009, a participação do

estudante no ensino superior cresceu de 600 mil para um milhão. O expositor defendeu o ensino à distância, como meio de atender à demanda nacional, bem como maior enfoque para a educação básica.

#### **4. Sr. Isaac Roitman, Professor, Pesquisador e Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências – ABC**

O Sr. Isaac Roitman apresentou dados de avaliações feitas nas universidades do mundo nos últimos cinco a seis anos, demonstrando que em nenhuma das avaliações o ensino brasileiro alcançou posição superior ao 50º lugar.

Dando continuidade ao panorama apresentado pelos outros palestrantes, Sr. Isaac ressaltou a importância das instituições privadas no ensino superior, defendendo que elas devam estar presentes nas discussões. O expositor enfatizou a necessidade de empreender esforços não só pela qualidade do ensino, mas também do estudante do ensino médio, que logo entrará na universidade. Para ele, essa qualidade é alcançada a partir de priorização da educação de primeira infância, na idade de zero a três anos.

O palestrante elencou pontos importantes de discussão, tais como: visão sistêmica da educação, desenvolvimento de uma cultura científica desde a base de formação escolar, novas abordagens pedagógicas que incorporem os avanços científicos e tecnológicos, além da valorização da carreira do magistério. Quanto à pós-graduação, defendeu o aperfeiçoamento do sistema, aliando-se os cursos com as necessidades nacionais, mediante trabalhos que envolvam questões como impacto social, extensão e desenvolvimento tecnológico e inovação.

#### **5. Sra. Elisângela Lizardo, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos – ANPG**

Como última palestrante apresentou-se Sra. Elisângela Lizardo, representando os estudantes de pós-graduação do Brasil. Ela defendeu o bom posicionamento internacional dos cursos, além da valorização e respeito nacional.

Citou o plano específico para pós-graduação que será em parte incorporado às ações do PNE. Os principais pontos do programa são: expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, construção de uma agência nacional de pesquisa, aperfeiçoamento do sistema de avaliações, promoção da interdisciplinaridade entre os cursos e apoio a outros níveis de ensino.

O plano específico para pós-graduação tem como objetivo combater as assimetrias regionais do Brasil, formar profissionais não só voltados para pesquisas, aumentar o número de doutores por habitantes e elevar o contingente de bolsistas.

Em sua conclusão, a palestrante elencou emendas que a UNE – União Nacional dos Estudantes –, a Ubes – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – e a ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos – fizeram ao documento do PNE: valorização do ensino superior e sua expansão; a regulamentação do ensino privado; o fortalecimento do Fórum Nacional de Educação; a democratização nas universidades e escolas, com eleição direta de reitores e diretores; o censo de educação infantil; a universalização do ensino a partir dos três anos; a valorização da assistência estudantil; a reformulação curricular; e a interiorização da pós-graduação nos novos *campi* das universidades.

Fizeram uso da palavra as Senadoras Ana Amélia e Ana Rita.

**7ª Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal**  
**sobre Plano Nacional de Educação – 2011-2020**

**Tema:** Valorização do Magistério

**Data:** 29 de Junho de 2011

**Participantes:**

11. 1. Sr. Vander Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb;
12. 2. Sr. Heleno Araújo Filho, Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação;
13. 3. Sr. Edgard Flexa Ribeiro, Presidente da Associação Brasileira de Educação;
14. 4. Sra. Guiomar Nemo de Melo, Educadora e Diretora-presidente da Escola Brasileira de Professores.

**1. Sr. Vander Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb**

Dando início à audiência, o Sr. Vander Oliveira Borges abordou a valorização do magistério sob a ótica do financiamento da educação e da forma como o Fundeb operacionaliza os investimentos na área.

Afirmou que, conforme o art. 60, X do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, o Fundo é obrigado a investir 60% dos seus recursos na remuneração do magistério. A lei 11.494/2007, por sua vez, reiterou o mandamento constitucional e também determinou aquele percentual de aplicação.

Do ponto de vista prático, informou que a minoria dos municípios do Brasil tem aplicado menos que a determinação normativa. Regionalmente, salientou que o Centro-Oeste é a região que possui a maior concentração de municípios que investem menos que o limite imposto, sendo a região Sul a que apresenta os melhores índices, chegando a 90% em mais de um terço das cidades. O Sudeste também mostra bons índices de investimento, ao passo que as regiões Norte e Nordeste vêm trabalhando mais próximo ao mínimo legal.

Defendeu que a valorização do magistério passa pela melhoria do salário dos professores, mas não se restringe a isso. Citou dois instrumentos que também auxiliam nessa valorização: a implementação de um plano de carreira e a fixação de um piso salarial.

Sobre a implementação do plano de carreira, disse que o art. 40 da lei 11.494/2007 dispôs sobre ele e acrescentou a capacitação dos professores em seu parágrafo único. No

entanto, os dados do Fundeb denotam que somente 0,5% dos recursos são aplicados na área de capacitação do magistério. Asseverou que é preciso aumentar os recursos na capacitação dos professores para promover a valorização da classe.

Em relação ao piso salarial, o art. 41 da lei 11.494/2007 determinou a existência de um mínimo nacional e que, hoje, ele é de R\$ 1.187,00. A obrigação de arcar com o piso salarial é dos entes governamentais, mas a União deverá oferecer complementação nos casos em que o ente demonstrar incapacidade de recursos para garanti-lo.

Nesse ponto, sustentou que falta uma melhor regulamentação para aferir os critérios de como se deve operacionalizar essa complementação. Dentre os seis critérios que são utilizados atualmente, disse que o mais complexo de se individualizar é o da demonstração da incapacidade financeira. Embora haja alguns parâmetros, como a necessidade de aplicação pelo ente de 25% de sua receita em educação para fazer jus à complementação, o vácuo normativo ainda é um empecilho.

## **2. Sr. Heleno Araújo Filho, Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação**

Para o Sr. Heleno Araújo Filho o debate sobre a valorização do magistério objetiva também garantir o direito à educação de qualidade aos brasileiros, uma vez que, valorizando os professores, haverá repercussão positiva no ensino dos alunos.

Dessa maneira, levantou alguns pontos para consecução desse objetivo. O primeiro foi em relação à obrigatoriedade da existência de um quadro completo de profissionais dentro da escola, contratados mediante concurso público. Em sua visão, além do professor, é necessária uma infraestrutura que garanta o bom funcionamento da instituição de ensino.

Em segundo lugar, abordou a formação dos profissionais de educação, disciplinada no art. 61, parágrafo único, da Lei 9.394/96, modificada pela lei 12.014/2009. É imprescindível que ela esteja conectada ao dia a dia da escola, mitigando a distância que atualmente existe entre o meio acadêmico e a realidade escolar. Destacou a possibilidade de haver um regime de colaboração entre estados e municípios para aperfeiçoar a formação dos professores.

Num terceiro ponto, destacou a existência do piso salarial para os integrantes da carreira de magistério. No entanto, questionou o valor atual do piso. A quantia de R\$ 1.187,00 valoriza o profissional? E a questão do achatamento dos salários de professores de ensino superior para atingir a meta de 60%? No seu ponto de vista, essas questões devem ser repensadas pela sociedade.

Por fim, sustentou que as condições adequadas de trabalho influenciam diretamente a qualidade do ensino. Exemplificou com uma escola da ilha de Fernando de Noronha, que, apesar de transmitir a imagem de escola-exemplo, possui sérias debilidades no que se refere à utilização da infraestrutura. É preciso refletir sobre a utilização dos recursos. De nada adianta despejar dinheiro em uma escola, se não for para transformá-la em algo útil aos alunos e ao ensino.

### **3. Sr. Edgard Flexa Ribeiro, Presidente da Associação Brasileira de Educação**

Em seguida, falou o Sr. Edgard Flexa Ribeiro. Para ele, o Brasil não tem a educação como um valor e, por isso, o país não se preocupa em investir e melhorar o setor. Trouxe como razão para seu pensamento o fato de termos herdado da tradição lusitana o despreço pela liberdade de ensino e de aprendizagem, que, em grande parte do tempo, estiveram sob controle ou da igreja ou do Estado.

Ressaltou, ainda, os vários paradigmas legislativos que disciplinaram a educação no país. Nesse ponto, mostrou sua preocupação com a instabilidade e a indeterminabilidade provocada por mudanças cada vez mais frequentes na legislação. Em sua visão, é necessário mudar a mentalidade da elite brasileira e instituir um formato perene de ensino.

### **4. Sra. Guiomar Nemo de Melo, Educadora e Diretora-presidente da Escola Brasileira de Professores**

Por fim, a Professora Guiomar Nemo de Melo fez alguns apontamentos acerca do Plano Nacional de Educação – PNE. No seu ponto de vista, o Plano precisa esclarecer se pretende descentralizar a atividade educacional (isto é: transferir o centro decisório de uma pessoa para outra, até a diretoria da escola, por exemplo), ou desconcentrá-la (manter o nível decisório, delegando funções). Isso porque, para implementar um regime de colaboração, é preciso delinear as responsabilidades nas várias esferas de poder.

Em relação aos professores propriamente ditos, defendeu que o PNE deve atentar-se também para o ensino privado, pois é dele que sai a maioria dos profissionais do magistério. Regulando somente o ensino público, o Plano pode se mostrar tímido na regulamentação real do setor.

Outro ponto levantado pela professora diz respeito ao fato de que o PNE aborda somente a licenciatura como meio de formação de professores. Para ela, é necessário abranger outros modelos de formação, como a pedagogia, a formação polivalente e os cursos técnicos.

Encerrando o debate, a Sra. Guiomar Nemo de Melo asseverou que mais do que o salário, o que valoriza o professor é a capacidade de ele produzir um resultado satisfatório dentro da sala de aula, ou seja, a possibilidade de transformação social e econômica dentro da sociedade. Dessa maneira, recomendou uma revisão na estrutura de formação do professor, fazendo com que este passasse mais tempo dentro da escola antes de lecionar (uma espécie de “residência escolar”).

Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Bauer, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Wellington Dias e a Senadora Ângela Portela.

**8ª Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal**  
**sobre o Plano Nacional de Educação – 2011-2020**

**Tema:** O financiamento da educação e o regime de colaboração

**Data:** 6 de julho de 2011

**Participantes:**

**1. Sr. Vander de Oliveira Borges – Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação – CGFSE/FNDE**

O Sr. Vander Oliveira Borges abriu o debate delineando o histórico dos percentuais mínimos obrigatórios de recursos para educação no Brasil. Após notar a grande flutuação desses patamares desde 1934, quando primeiro foram estabelecidos, apontou a dificuldade de se garantir recursos mínimos para o financiamento da educação no país. Destacou, também, que, apesar de só recentemente terem sido restabelecidos os percentuais mínimos previstos pela Constituição Federal de 1988, nos últimos dez anos a União tem assegurado recursos superiores a esse piso.

O palestrante notou, no entanto, que, medidos em relação à carga tributária brasileira, os investimentos em educação foram reduzidos de 15% para 12% da arrecadação entre 1989 e 2010. Fosse mantido o percentual de 1989, demonstrou ele, o valor destinado à educação em 2010 seria de 182 bilhões de reais, em vez dos 144 bilhões assegurados no orçamento do ano passado. Argumentou, então, que o restabelecimento dos patamares mínimos de 1988 foi um passo importante, mas, considerado o aumento da carga tributária nos últimos tempos, os investimentos atuais estão aquém do possível.

Ao analisar outro indicador, o do percentual do investimento público educacional em relação ao Produto Interno Bruto – PIB – do país, o expositor mostrou que dados de 2006 revelam que o nível atual, de 5,1%, é comparável ao dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, de 5,3%. Ainda assim, advertiu que esse dado, isoladamente, não é suficiente para retratar os esforços necessários. Nesse sentido, destacou que o valor do investimento por aluno é dez vezes menor do que o observado entre os maiores níveis da OCDE. Afirmou também que o percentual da população brasileira em idade escolar é o dobro da média dos países daquela organização, e que “eles não têm a dívida social que o Brasil tem”.

Em conclusão, disse que a meta do Plano Nacional de Educação – PNE – de elevar o percentual dos investimentos educacionais a 7% do PIB brasileiro corresponderia, em números atuais, ao acréscimo de aproximadamente um Fundeb.

## **2. Sr. José Marcelino Rezende Pinto, Professor de Política e Gestão Educacional no Brasil e Financiamento da Educação no Brasil da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto – USP**

O Sr. José Marcelino Rezende Pinto começou destacando os quatro grandes problemas, a seu ver, do novo PNE. Primeiro, a ausência de um diagnóstico, sem o qual não se percebe a dimensão dos problemas. Segundo, a não atribuição de responsabilidade aos entes federados, o que deixa de resolver o desequilíbrio federativo. Terceiro, a ausência de metas intermediárias, o que impossibilita a aferição e correção do plano durante sua duração. E, por último, o não dimensionamento do impacto financeiro, sobre o qual trataria em sua exposição.

Para tanto, o convidado elencou as metas de maior impacto financeiro no novo plano. Sobre estas, disse que os dois gargalos de atendimento na educação estão nas creches e nas universidades, justamente por serem os serviços mais caros. Mostrou preocupação especialmente com as creches, por serem de responsabilidade dos municípios. Além disso, de acordo com seus dados, as principais metas do novo PNE implicariam o atendimento de 33 milhões novos alunos até 2020.

O palestrante rebateu o argumento de que a dinâmica populacional ajudaria significativamente o cumprimento do plano. Conforme mostrou, as populações das três principais faixas etárias para o PNE continuarão relativamente estáveis até 2020. O bônus populacional virá apenas em longo prazo.

O expositor enfatizou também a importância da educação de jovens e adultos, por tratar do problema da “conta não paga”, das “gerações de brasileiros que não tiveram o seu direito a uma educação básica assegurada”. Nesse ponto, destacou o desafio de aumentar a qualidade dos programas educacionais de jovens e adultos, hoje negligenciados financeiramente e hostilizados por alguns diretores de escola.

Ao tratar da meta de que os professores tenham rendimento próximo ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, disse haver atualmente um consenso de que os professores ganham pouco, e apontou a dificuldade em aumentar seus salários no fato de o gasto com pessoal representar 85% do gasto com educação.

O Sr. José Marcelino Pinto passou então a mostrar estudo seu que concluiu que um plano que garantisse ao mesmo tempo a expansão do atendimento e a melhoria da qualidade do ensino custaria 7,21% do PIB em 2016 e 10,07% em 2020.

Reconheceu ele ser um investimento caro, mas argumentou que seria um esforço necessário para compensar os anos de investimentos insuficientes e que a educação não se beneficiou com o aumento da carga tributária dos últimos anos. Em suas palavras, a educação seria “credora”. E, com a redução da população entre 0 e 24 anos e o fim dos programas de educação de jovens e adultos, esse valor seria estabilizado em torno de 6% do PIB após 2020.

Dito isso, voltou-se à questão das fontes desses recursos. Descartou logo o setor privado como possível fonte. As famílias, afirmou, já estão no limite, devido à carga tributária atual. Quanto ao financiamento público, alertou para o grande desequilíbrio de receitas e de responsabilidades entre os entes federativos. Em sua opinião, o nível de municipalização do ensino no Brasil atingiu um patamar insustentável, completamente dependente das transferências do Fundeb. Mas o Fundeb é provisório, lembrou o Sr. Marcelino. Assim, o sistema de financiamento educacional está montado em cima de uma fragilidade jurídica.

Enfatizou, portanto, a importância de o Congresso pensar uma solução definitiva para a questão do pacto federativo na educação. E, para isso, sugeriu a adoção de regra pela qual os entes federativos contribuiriam para o incremento do investimento educacional na proporção de suas arrecadações.

### **3. Sr. Mozart Neves Ramos, membro do Conselho de Governança do Movimento Todos pela Educação e membro titular do Conselho Nacional de Educação – CNE.**

O Sr. Mozart Neves Ramos iniciou sua exposição ressaltando a importância do novo PNE para mobilizar a sociedade brasileira. Segundo ele, nos últimos anos o Brasil se mobilizou em prol da redemocratização e da estabilidade monetária, e agora é hora da educação. Argumentou que os ventos favoráveis da economia e a janela demográfica favorável tornam essa hora ainda mais propícia.

Após, lamentou o fato de o projeto ter chegado ao Congresso sem um diagnóstico claro da situação atual da educação no país e sem uma perspectiva de quanto custará a implementação das metas planejadas.

Para o expositor, é necessário reconhecer os avanços no investimento público total em educação ocorridos entre 2000 e 2009, mas é preciso considerar também que os números brasileiros ainda estão aquém dos de países vizinhos ou da OCDE.

O Sr. Ramos afirmou que a discussão quanto ao montante a ser destinado à educação é importante, mas advertiu ser necessária também a preocupação com o uso eficiente desses recursos e com o aprendizado dos alunos.

Quanto ao aprendizado, o palestrante revelou que estudos nacionais e internacionais mostram que não há correlação entre montante investido e melhores resultados em testes de conhecimento. Em seu entendimento, a melhora no aprendizado depende da valorização da carreira de magistério.

Em relação ao uso eficiente dos recursos, enfatizou a importância de se profissionalizar toda equipe gestora, tanto nas escolas como nas secretarias. Ainda sobre esse ponto, asseverou ser preciso acabar com indicações de diretores de escola e de secretários de educação com base em critérios políticos.

Citou, em seguida, exemplos de regime de colaboração no país, como: avaliação, Fundeb, transporte e merenda escolar e formação de professores. Ressaltou que o regime de colaboração por meio de transferências voluntárias exige a responsabilização dos gestores pela execução integral dos recursos.

Por fim, o expositor tratou dos arranjos de desenvolvimento da educação, estratégia concebida para contornar a dificuldade de elaboração de planos de educação municipais observada durante a vigência do último PNE. Por meio dos arranjos, possibilita-se a elaboração conjunta dos planos municipais de educação, respeitadas as particularidades de cada localidade pelo estabelecimento de metas diferenciadas.

Fizeram uso da palavra a Senadora Marinor Brito e os Senadores Cristovam Buarque e Cyro Miranda.

**9ª Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal**  
**sobre o Plano Nacional de Educação – 2011-2020**

**Tema:** Recursos financeiros destinados à educação nos anos de 2009 a 2010

**Data:** 17 de agosto de 2011

**Participantes:**

**1. Sr. Marcelo Barros Gomes, Secretário de Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União – TCU**

Tendo como base o parecer prévio das contas de governo elaborado pelo TCU, o Sr. Marcelo Barros Gomes traçou uma análise dos gastos com educação nos últimos anos, incluindo tanto os gastos orçamentários quanto os tributários.

De acordo com os dados apresentados, 3% das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social foram destinadas à educação no ano de 2010. Analisando a tendência de 2006 a 2010, o palestrante mostrou que o gasto com educação vem crescendo progressivamente com relação ao PIB, mas que o percentual de gastos tributários destinados a essa função vem caindo. A maior parte dos recursos destinados às subfunções típicas é direcionada ao ensino superior, onde se verifica um crescimento durante o período. Entretanto, a proporção do montante direcionado a essa etapa vem caindo em relação ao destinado à educação básica. Verifica-se também um aparente decréscimo nos valores destinados aos ensinos fundamental e médio em 2009. Contudo, segundo o Sr. Marcelo Barros, isso decorre da realocação de parte desses recursos para a subfunção “Transferências para a Educação Básica”, refletindo uma mudança nas políticas públicas federais para o ensino, com a diminuição da aplicação direta por parte de União e o aumento da política de gerenciamento de controle. Outro dado relevante diz respeito ao ensino profissional, que teve um aumento significativo no aporte de recursos de 2006 a 2010.

Informou ainda que, em 2009 e 2010, a União cumpriu o dispositivo constitucional de aplicação de no mínimo 18% da receita líquida de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Por fim, disse que, como a partir de 2010 o valor mínimo de complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb – passou a ser de 10% dos recursos do Fundo, foi observado um aumento significativo (de quase 57%), no volume de recursos transferidos pela União a título de complementação nesse ano.

## **2. Sr. Sérgio Ricardo de Mendonça Salustiano, Secretário da 6ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU**

O Sr. Sérgio Salustiano focou sua apresentação nos resultados de auditorias recentes realizadas pelo TCU em programas de governo e órgãos identificados como de grande relevância na área de educação, a saber: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), fundações de apoio às universidades, financiamento estudantil e educação de jovens e adultos.

Na auditoria de conformidade realizada no FNDE, cujo foco foram as transferências automáticas e voluntárias, mais especificamente a regularidade da aplicação dos recursos pelos beneficiários e a eficácia dos controles exercidos pelo fundo, os principais achados referem-se às áreas de procedimento licitatório e contratação, execução do objeto, movimentação dos recursos e prestação de contas, controle social e celebração de convênios. Nesse caso, algumas recomendações e determinações do tribunal incluem o estabelecimento de pré-requisitos para assinatura de convênios, a realização de análises individualizadas e fundamentadas de documentos constantes nos processos de convênios e a aprovação da prestação de contas de convênios somente quando sanadas as irregularidades.

No PDE, foi realizado monitoramento focado nas transferências voluntárias a estados e municípios. Os problemas encontrados envolviam indícios de manipulação de informações, a inexistência de critérios claros para distribuição de recursos e a falta de convergência entre execução orçamentária e execução financeira. Nas fundações de apoio, a fiscalização teve como foco o relacionamento destas com as instituições federais de ensino superior e um dos principais achados foi a realização de contratações diretas, contrariando as hipóteses de dispensa de licitação. Já nos programas de financiamento estudantil (Programa Universidade para Todos – ProUni e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies), cujo foco foi a avaliação dos programas, foi constatada a evasão de 19,5% dos beneficiados (no ProUni), a falta de um mecanismo que garanta ao estudante o acesso à linha de crédito antes do ingresso no ensino superior (no Fies), a falta de articulação com as metas do Plano Nacional de Educação – PNE – e a não correspondência entre a renúncia fiscal e a ocupação das vagas.

Por fim, relatou os achados encontrados em auditoria no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, focada na avaliação da eficácia dos controles internos dos órgãos repassadores. Entre eles, em todas as modalidades do Programa (ProJovem adolescente, campo, urbano e trabalhador) foi verificada ausência de acompanhamento efetivo

da execução, ausência de integração entre as modalidades, além da ausência de conselhos responsáveis pelo controle social ou sua atuação insatisfatória.

### **3. Sr. Thiago Mello Peixoto da Silveira, Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed – e Secretário de Educação do Estado de Goiás**

O Sr. Thiago da Silveira destacou inicialmente o ponto que considera o mais importante do tema educação: a necessidade de se cuidar da próxima geração de brasileiros, que hoje está na escola e espera receber um ensino eficiente. É para esse fim, afirmou, que se discute sobre a relevância de destinar mais recursos para a educação. Revelou, então, um dado que considera ilustrativo da necessidade urgente de mudanças na educação: 90% dos brasileiros que terminam hoje o ensino médio o fazem sem o conhecimento básico em matemática.

Como objetivos mais concretos para a melhoria do ensino nacional, elencou a alocação de mais recursos e sua aplicação mais eficiente, mediante gestões melhores nas secretarias estaduais e municipais e no Ministério da Educação.

Ao tratar da situação atual do financiamento educacional, o palestrante primeiro destacou que estados e municípios investem muito mais em educação do que a União. Em seguida, afirmou considerar o avanço dos investimentos públicos de 4% para 5% do Produto Interno Bruto – PIB –, entre 2001 e 2009, tímido em face do grande desafio da educação no país. Alertou ainda para o fato de esse percentual do PIB não servir de fator de comparação entre o investimento brasileiro e o de países desenvolvidos, já que esses possuem, em geral, maior PIB e menor população escolar. O ajuste *per capita* revela que o esforço brasileiro é muito menor, explicou ele.

Dito isso, o convidado voltou a se concentrar na repartição do financiamento educacional entre as unidades da Federação. Mostrou que estados e municípios são responsáveis por 80% do total investido, enquanto 70% da arrecadação tributária no país pertence à União. Além disso, os entes subnacionais são encarregados dos ensinos médio e infantil, duas das etapas educacionais mais importantes e trabalhosas. Em sua opinião, essa é uma distorção que deve ser corrigida, é hora de a União aumentar sua contribuição para o sistema educacional.

Sobre o PNE, disse que, do aumento de gastos nele planejado, 45% teria impacto sobre a carreira dos professores. Afirmou então que isso preocupa bastante estados e municípios, que seriam os mais afetados pelos novos custos. Lembrou, a esse respeito, o exemplo da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso salarial nacional para

os professores. Segundo ele, ao criar obrigações para estados e municípios sem o devido suporte financeiro, a União causou-lhes danos fiscais.

Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Bauer, Cristovam Buarque e Cyro Miranda.